

Aspectos Socioambientais do Exército Brasileiro

Marco Aurélio Chaves Ferro
marco.ferro@uol.com.br
ECEME/FGV

MARILENE RAMOS
mramos@fgv.br
INEA/FGV

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de apresentar aspectos socioambientais que são realizados ou estão sendo implementados no Exército Brasileiro (EB). Inicialmente é realizado um pequeno histórico da instituição, seguido de uma explicação sobre o tipo de estrutura organizacional e de administração pública que caracterizam o EB. A seguir, são destacados aspectos legais relacionados à questão socioambiental no EB, desde a Política Ambiental da Força Terrestre até a Educação Ambiental. São mostrados aspectos relativos a sistematização da Educação Ambiental em cursos no sistema de Ensino do EB, o conhecimento da legislação ambiental por parte dos integrantes do EB, o desenvolvimento junto aos militares da conscientização para a importância da racionalização do uso dos recursos naturais, da mentalidade de prevenção, preservação, conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. São exemplificados alguns exemplos de ações do EB na Educação Ambiental, destacando-se o Estágio Setorial de Administração Patrimonial e Ambiental, o reflorestamento do Morro do Leme, localizado na cidade do Rio de Janeiro, a Semana de Meio Ambiente e a Colônia de Férias, sendo esses dois últimos realizados pelo Centro de Estudos de Pessoal/Forte Duque de Caxias. É mostrada a adesão do Exército Brasileiro à agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que tem como objetivos principais o estímulo às ações de sensibilização dos gestores e agentes públicos para as questões socioambientais, a promoção racional dos recursos naturais, a redução dos impactos socioambientais causados pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos componentes da instituição. Por fim, conclui-se que o Exército Brasileiro executa ações socioambientais que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental e para a Educação ambiental, não apenas dos militares e funcionários civis do EB, mas

também em prol da sociedade brasileira como um todo.

Palavras Chave: Meio Ambiente - Exército Brasileiro - A3P - -

1. INTRODUÇÃO

O primeiro modelo de Sistema de Gestão Ambiental surgiu no Canadá em 1984 (CAMPOS et ali., 2001) e intitulou-se Programa de Atuação Responsável (Responsible Care Program) por iniciativa das indústrias químicas daquele país. Na Grã-Bretanha foi criada a Norma Britânica BS 7750 (Specifications for Environmental Management Systems) em 1992, que entrou em vigor em 1994. Esta norma tornou-se modelo para os Sistema de Gestão Ambiental que foram sendo implementados em outros países. Na Comunidade Européia foi criado o Sistema Europeu de Eco-Gestão e Auditorias (Eco-Management and Audit Scheme, EMAS) que estabeleceu diretrizes para a implementação de um sistema de gestão ambiental nos países membros da CE. A Norma ISO 14001 é a principal norma de Gestão Ambiental da atualidade, sendo seguida por vários países membros, dentre eles o Brasil. Vários órgãos públicos nacionais, em todas as esferas de governo, já implementaram ou estão em fase de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental.

O Exército Brasileiro (EB) é uma Instituição do Estado Brasileiro cujas missões constitucionais são a Defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, a garantia da Lei e da Ordem, a participação de operações internacionais, o cumprimento de ações subsidiárias e o apoio a Política Externa do País (BRASIL, 2011). São várias as atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro consideradas subsidiárias, mas aquelas relacionadas ao Meio Ambiente serão consideradas neste trabalho, em especial a Educação Ambiental e a adesão do Exército Brasileiro à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

No Planejamento das Operações Militares, o terreno é um fator fundamental a ser considerado na Tomada de decisão do Comandante Militar. As atividades militares de adestramento da tropa realizadas em tempo de paz nos campos de instrução do Exército Brasileiro são feitas em locais preservados em diversas regiões do país, o que vem ocorrendo mesmo antes da existência da Legislação Ambiental Brasileira .

A questão ambiental passou a ser oficialmente gerida de um modo mais sistemática com a criação da política ambiental do Exército Brasileiro, através da Portaria nº 570, de 06 de novembro de 2001, do Comandante do Exército. A Portaria nº 1138, de 22 de novembro de 2010 substituiu a Portaria nº 570, com a finalidade de assegurar o aperfeiçoamento contínuo do EB no tocante à preservação, proteção e melhoria da qualidade ambiental.

A legislação ambiental no Exército Brasileiro consta, ainda, das seguintes Portarias:

- A Portaria nº 571, de 6 de novembro de 2001 aprovou a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, cujos itens iniciais são:

a. a gestão ambiental assume importância cada vez maior no cenário mundial, tornando imprescindível, portanto, o zelo pela fiel observância de toda legislação ambiental e diretrizes vigentes, quando da realização de atividades e empreendimentos militares, principalmente dos passíveis de causar degradação ao meio ambiente;

b. a implementação e o desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental exigem procedimentos e conscientização de todos os escalões do EB, visando o comprometimento com a qualidade ambiental e a capacitação de recursos humanos;

c. ações de caráter permanente devem ser voltadas à criação de hábitos e procedimentos que permitam um perfeito entendimento da necessidade de prevenção, preservação, conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente;

d. as ações de prevenção, preservação, conservação e recuperação das áreas sob jurisdição do EB e também aquelas que, eventualmente, possam vir a ser utilizadas pela Força Terrestre, principalmente as definidas como de interesse ecológico, exigem o estabelecimento de medidas preventivas, quando da realização de atividades e empreendimentos militares;

e. a educação ambiental deverá ser promovida pelo Sistema de Ensino do Exército e pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), com a finalidade de

desenvolver, junto ao público interno, a mentalidade de comprometimento com a gestão ambiental;

f. o planejamento dos programas de prevenção, preservação, conservação e recuperação ambiental deverá discriminar o montante de recursos necessários às suas execuções, ficando o desenvolvimento condicionado à disponibilidade de recursos orçamentários ou daqueles que forem alocados por órgãos públicos ou privados;

g. as atividades de cooperação devem desenvolver-se tão logo os convênios ou outros instrumentos legais firmados o permitam; e

h. as preocupações com o meio ambiente devem estar sempre presentes nas atividades e empreendimentos do Exército, mas não devem, de forma alguma, inibir ou deformar as características próprias das ações militares.

- Portaria nº 050, de 11 de julho de 2003- Orientação para a Elaboração dos Planos Básicos de Gestão Ambiental. Esta portaria tem por finalidade oferecer subsídios para a elaboração dos Planos Básicos de Gestão Ambiental e apresentar exemplos de programas voltados para a viabilização ambiental das atividades e empreendimentos militares, em consonância com o disposto na Política e na Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

- Portaria nº 934, de 20 de dezembro de 2007 - Determina a atualização do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

- Portaria nº 014-DEP, de 8 de fevereiro de 2008. Normas para a Promoção da Educação Ambiental nos Estabelecimentos de Ensino e nas Organizações Militares Subordinados e/ou Vinculados ao Departamento de Ensino e Pesquisa.

- Portaria nº 386, de 09 de junho de 2008 – Aprova as Instruções Gerais para a Gestão Ambiental, no âmbito do Exército Brasileiro.

Os aspectos Socioambientais da Legislação Ambiental do Exército Brasileiro serão apresentados a seguir, destacando-se a Educação Ambiental e a adesão do Exército Brasileiro à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

2. O EXÉRCITO BRASILEIRO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 A ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O nascimento do Exército Brasileiro é considerado pela Força Terrestre como o dia da 1ª Batalha de Guararapes, ou seja, o dia 19 de abril de 1648. Este evento foi de importância na expulsão dos holandeses, os quais ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654. Em Guararapes teria surgido também a noção de Nacionalidade Brasileira, em especial porque simbolicamente as três raças (branco, negro e índios) lutaram lado a lado e bravamente para a expulsão dos estrangeiros.

Desde então o Exército Brasileiro sofreu profundas transformações, o Brasil tornou-se uma nação independente de Portugal em 1822 e uma República em 1889, sempre com a presença marcante do Exército Brasileiro. Nos dias de hoje o Estado Brasileiro está se modernizando e a democracia tornou-se uma realidade e um dos principais pilares do desenvolvimento econômico e social nacionais.

O Exército Brasileiro está presente em todo o território nacional, que está dividido em sete comandos militares de área (Amazônia, Nordeste, Oeste, Planalto, Leste, Sudeste e Sul). Esses comandos são responsáveis pelo planejamento, preparo e emprego das tropas em sua área de atuação. São constituídos por Divisões de Exército, Brigadas e Organizações Militares de diversas naturezas que, para fins de defesa territorial, são subdivididos em doze Regiões

Militares. Estas, por sua vez, coordenam as atividades logísticas de suprimento, manutenção, transporte, saúde e pessoal, além de participarem do sistema do Serviço Militar obrigatório.

A Administração Pública do tipo Patrimonialista predominou no EB e na Esfera Pública do Brasil no século XIX, após o Período Regencial, ou seja, o aparelho do Estado atuou como extensão do poder do monarca. Passou a ser do tipo Burocrática Weberiana, ou seja, caracterizada por uma hierarquia formal de autoridade, com regras bem definidas. Segundo Max Weber (1864-1920) a burocracia apresenta as seguintes vantagens:

- racionalidade com relação aos objetivos estratégicos da organização;
- precisão na definição do cargo e na operação, pelo conhecimento exato dos deveres;
- rapidez nas decisões, pois cada um conhece o que deve ser feito e por quem, e as ordens e documentos tramitam por intermédio de canais pré-estabelecidos; e
- univocidade de interpretação garantida pela regulamentação específica e escrita.

A Administração do Exército Brasileiro continua a ser de predominância Weberiana, baseada nos pilares hierarquia e disciplina, e não poderia ser diferente para garantir o cumprimento de suas obrigações constitucionais, porém a participação dos integrantes do EB de escalões inferiores na Tomada de Decisões dos Comandantes é crescente.

2.1 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

A Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro é do tipo Funcional, pois os seus Departamentos atuam de maneira relativamente independente e os seus gerentes funcionais (comandantes) possuem autoridade elevada. Existe um sistema hierárquico bastante rígido, com subordinações funcionais bem definidas e forte verticalização nos organogramas. Outras características de Organizações Funcionais verificadas no Exército Brasileiro são:

- os projetos são executados preferencialmente nos limites de cada Departamento;
- projetos multidisciplinares são coordenados de modo que cada Departamento execute as suas tarefas dentro de sua área de atuação, bem determinada;
- os militares são especializados e possuem uma carreira bem definida;
- a comunicação ocorre de forma sistemática devendo passar pelo chefe do Departamento, o que é denominado Cadeia de Comando; e
- os militares trabalham em projetos em tempo parcial e realizam paralelamente outras funções administrativas, ou seja, não são dedicados exclusivamente a determinados projetos.

A Administração Burocrática e a Organização Funcional do Exército Brasileiro possuem as suas vantagens e desvantagens, mas no caso específico de uma Força Armada, não há como ser de maneira diferente, e a hierarquia e a disciplina são fundamentais para que as operações militares sejam realizadas de maneiras eficiente, eficaz e com efetividade. A hierarquização e a verticalização da estrutura organizacional facilitam a implantação e a execução dos mais diversos projetos de interesse do EB, em especial aqueles relacionados ao meio ambiente.

As preocupações com as questões ambientais são uma constante nas atividades militares desenvolvidas pelo Exército, assim como com todas as questões da sociedade.

3. O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS ASPECTOS SÓCIOAMBIENTAIS

3.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A educação Ambiental passou a ser um instrumento obrigatório como forma de conscientizar a sociedade sobre as questões ambientais. A Educação Ambiental é fundamental para reduzir e até evitar a degradação ambiental (FOGLIATTI et al., 2008). Segundo a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum

do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

- ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

- às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

- aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

- às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; e

- à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Foi instituída então a Política Nacional de Educação Ambiental, que envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- capacitação de recursos humanos;
- desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- produção e divulgação de material educativo;
- acompanhamento e avaliação.

A Portaria nº 014-DEP, de 8 de Fevereiro de 2008 aprova as Normas para a Promoção da Educação Ambiental nos Estabelecimentos de Ensino e nas Organizações Militares Subordinadas e/ou Vinculadas ao Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército Brasileiro.

São objetivos daquela Portaria:

- sistematizar a educação ambiental em todas as modalidades de cursos, considerando-se seus graus e ciclos de ensino, conduzidos no âmbito do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP);

- estabelecer as condições para a continuidade e a complementação da educação ambiental nos diversos graus e ciclos do ensino militar;

- estabelecer as condicionantes para o planejamento da educação ambiental nos estabelecimentos de ensino (Estb Ens) e organizações militares subordinadas (OM Subd) e/ou vinculados ao DEP;

- estabelecer os parâmetros curriculares para a execução das atividades de ensino-aprendizagem em educação ambiental nas linhas de ensino militar Bélico, de Saúde e Complementar, bem como para o ensino preparatório e assistencial;

- promover a educação ambiental, em consonância com o Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB), em cinco níveis, a saber: conscientização, prevenção, preservação, recuperação e cooperação, na forma preconizada pela Lei nº 9.985, de 18 Jul 00;
 - possibilitar aos militares e aos servidores civis do Exército o conhecimento da legislação internacional, nacional e do Exército relacionada com o meio ambiente;
 - orientar as diretorias Subd, os Estb Ens e as OM Subd e/ou vinculados sobre a forma de abordagem da educação ambiental nas atividades educacionais e de pesquisa;
 - conscientizar os militares em relação aos efeitos da relação/ação para com o meio ambiente, em consonância com as realidades mundial e nacional;
 - desenvolver no público interno a mentalidade de prevenção, preservação, conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, de forma a visualizá-lo dentro de um comportamento integrador, abrangente, permanente, participativo, contextualizado e transformador;
 - conscientizar os militares e servidores civis do Exército para a importância em racionalizar o uso dos recursos ambientais disponíveis, empregando meios e medidas que preservam a qualidade ambiental;
 - permitir a caracterização e, se possível, a quantificação do custo para recuperar e restaurar o meio ambiente impactado ou degradado por empreendimentos e ações militares;
 - criar, nos militares e nos servidores civis do Exército, o hábito e o dever de praticar a preservação do meio ambiente, empregando os meios disponíveis e adotando medidas que preservem a qualidade ambiental;
 - contribuir para a formação do cidadão consciente do uso sustentável do meio ambiente (atitude correspondente a “ser” integrante participe dos ambientes físico e biológico) e na construção de uma nova relação do homem com o ambiente (aquisição de conhecimentos, valores, habilidades e experiências);
 - induzir a adoção de procedimentos consoantes com os princípios e os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental;
 - desenvolver, nos militares e nos servidores civis do Exército, mentalidade e comportamento relativos à ética ambiental incorporada às atividades profissionais militares, de forma a evidenciar postura pró-ativa da Instituição e gerando, como produto secundário, opinião pública favorável à imagem do Exército e, principalmente, desencadeando ações que evitem a degradação ambiental e que recuperem o meio ambiente impactado pelas operações militares;
 - esclarecer os públicos interno e externo sobre o papel do Exército na questão ambiental;
 - oferecer condições para a identificação e a classificação das atividades e dos empreendimentos militares, sob a ótica da legislação de meio ambiente; e
 - permitir a identificação da necessidade de realização prévia do estudo de impacto ambiental (EIA) e do relatório de impacto sobre o meio ambiente (RIMA), em relação às atividades e aos empreendimentos militares, objetivando o necessário respaldo legal para suas execuções;
- . A Portaria nº 1138, de 22 de novembro de 2010 tem como objetivos relacionados à Educação Ambiental o fortalecimento dos sistemas de ensino e de instrução militar na proteção e na conservação do meio ambiente, por intermédio de:
- ação de comando na manutenção do equilíbrio ecológico e da sustentabilidade, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido;
 - racionalização do uso do solo, subsolo, água, ar e recursos vegetais;
 - proteção da fauna brasileira;
 - racionalização do uso da energia;
 - preservação ambiental em áreas jurisdicionadas ao Exército ou empregadas temporariamente;

- controle de atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais, assim como para a recuperação ambiental e para o uso de fontes alternativas de energia;
- acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- recuperação de áreas degradadas; e
- educação ambiental nos diversos níveis de ensino do Exército.

São também objetivos daquela Portaria:

- colaborar com a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, elaborando políticas, diretrizes e planos para o Exército e promovendo a sua execução;
- manter ligação com os Ministérios do Meio Ambiente e da Defesa, a fim de atuar em harmonia com a orientação geral da Política Nacional do Meio Ambiente e com a legislação específica das Forças Armadas;
- promover a educação ambiental, valendo-se do Sistema de Ensino do Exército, conforme estabelecido no Regulamento da Lei de Ensino do Exército e do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro, com foco na conservação do meio ambiente, principalmente no tocante à flora, fauna e recursos hídricos, e o rigoroso cumprimento da legislação ambiental;
- estimular a formação e o desenvolvimento da consciência ambiental do público interno, voltada à preservação, melhoria e à restauração de recursos ambientais;
- estimular o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias orientadas para o uso racional de recursos ambientais, resíduos sólidos, reciclados e passíveis de reciclagem, e de fontes alternativas de energia, bem como para a recuperação de áreas degradadas e de passivos ambientais;

Como integrante do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, todo militar, individualmente ou enquadrado em organismo coletivo, é responsável por cumprir e fazer o seu subordinado cumprir a legislação ambiental vigente no País. Os responsáveis pelas atividades militares desenvolvidas nas áreas de instrução sob jurisdição do Exército Brasileiro são incumbidos de orientar todos os participantes sobre a conservação do meio ambiente, principalmente no tocante à flora, à fauna e aos recursos hídricos e fiscalizar o rigoroso cumprimento da legislação ambiental.

Alguns exemplos de Ações do EB na Educação Ambiental serão descritos a seguir.

No período de 24 a 28 de maio de 2010, a Diretoria de Patrimônio e Meio Ambiente do Exército Brasileiro conduziu o Estágio Setorial de Administração Patrimonial e Ambiental (ESAPA/2010). O estágio contou com a participação dos chefes das Seções do Serviço Patrimonial das Regiões Militares do EB e seus respectivos Assessores Jurídicos. Contou ainda com a participação dos Diretores e Responsáveis por Campos e Áreas de Instrução convidados. Na oportunidade, estiveram presentes como palestrantes o General Fraxe, Diretor de Obras de Cooperação; o General Gonçalves, Diretor de Patrimônio; o Sr Antônio Herman Benjamim, Ministro do STJ; Sr Luciano Lopes Reis, Assessor de Meio Ambiente e Florestas da Câmara dos Deputados e o Sr Dennys Casellato Hossne, Coordenador-Geral de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente da Procuradoria Geral da União (ver Foto 1). O ESAPA/2010 proporcionou aos militares a possibilidade de interagirem acerca de assuntos como utilização de imóveis, gestão ambiental dos campos e áreas de instrução, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), propostas e ações futuras para a gestão patrimonial e mitigação dos impactos ambientais (BRASIL, 2011).



Foto 1 – ESAPA 2010 (BRASIL, 2011)

No Rio de Janeiro, no bairro do Leme, o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) tem, em síntese, como missão institucional: “educar, avaliar, pesquisar e preservar”. Coerente com a missão, o CEP/FDC preserva uma extensão de 28 hectares de Mata Atlântica típica de costão rochoso (foto abaixo). Por encontrar-se em zona urbana, a área sofreu muita interferência da população em seu entorno, sendo alvo de incêndios causados por fogos de artifício e balões durante festividades (BRASIL, 2011).

Assim, em 1987, o CEP/FDC apoiou a iniciativa da Associação de moradores do Leme e a prefeitura municipal do Rio de Janeiro no projeto de reflorestamento que abrangeu cerca de 4 hectares de área degradada. O reflorestamento ocorreu primeiramente no Morro do Leme (ver Fotos 2 e 3), iniciado através do roçado do capim colonião e o plantio de 4700 mudas de espécies nativas, frutíferas e de rápido crescimento. Com o sucesso da missão, foi criada, pelo Decreto Municipal nº 9.779, de 12 de novembro de 1990, a Área de Proteção Ambiental do Leme (APA/Leme). No ano seguinte – 1991, o reflorestamento continuou por mais 12 hectares, com o plantio de 12.500 mudas, agora no Morro do Urubu e da Babilônia (BRASIL, 2011).



Foto 2 - Morro do Leme antes do Reflorestamento (BRASIL, 2011)

Atualmente, encontra-se a área recuperada, o que intensificou a missão do CEP/FDC de “Educar”. A Área de Proteção Ambiental preservada possibilitou a educação ambiental de soldados que servem na Unidade, dos alunos de escolas públicas e particulares e dos visitantes do Forte Duque de Caxias (BRASIL, 2011).

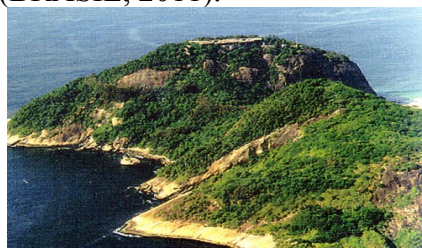


Foto 3 - Morro do Leme após o Reflorestamento (BRASIL, 2011)

O CEP/FDC apresenta, desde 2006, o projeto de Educação Ambiental, que tem como finalidade estimular o público interno a desenvolver a mentalidade de prevenção, preservação e recuperação do meio ambiente. O projeto iniciou com o Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente para cabos e soldados. Em seguida, surgiu a necessidade de capacitar soldados-guias,

que conduzissem jovens em idade escolar e turistas pelo caminho ecológico da Área de Proteção Ambiental e ao Forte Duque de Caxias. Visando a Gestão Ambiental da Unidade, foi criado o curso de Meio Ambiente, preparando soldados para serem atuantes na prática de gestão. Palestras também foram proferidas para o público interno sobre gestão e educação ambiental (BRASIL, 2011).



Foto 4 – Semana de Meio Ambiente do CEP/FDC (BRASIL, 2011)

Outra atividade que se tornou anual é a Semana de Meio Ambiente (ver Foto 4), permitindo um momento de reflexão sobre o assunto e ação em prol da preservação da Área de Proteção Ambiental.



Foto 5 – Colônia de Férias do CEP/FDC

O projeto também promoveu uma colônia de férias para crianças entre 4 e 12 anos (ver Foto 5), que, por intermédio de atividades lúdicas, tiveram a oportunidade de refletir sobre a importância do meio ambiente equilibrado. O processo de coleta seletiva iniciado em 2009, por exemplo, foi estendido para os jovens que participaram da colônia de férias em 2010.

Atualmente, devido à crescente demanda das atividades de educação ambiental e o firme compromisso com a preservação dos valores de nossa Instituição, o CEP/FDC tem, em seu Quadro Organizacional, a Divisão Forte Duque de Caxias, que tem, entre suas atribuições, a de preservar o meio ambiente da área de responsabilidade da Unidade.

O Comando Militar do Nordeste (CMNE) iniciou em setembro de 2009 a Campanha "O Verde Protegendo o Verde", com o objetivo de plantar, no período de um ano, 24.000 mudas de árvores, o equivalente a uma muda por cada militar que serve na área de responsabilidade CMNE, até setembro de 2010. No mês de março, a meta estabelecida foi superada, antecipando em seis meses o final da Campanha..

Estes são apenas alguns exemplos de que o Exército Brasileiro está consciente da necessidade da realização de ações na área da Educação Ambiental, uma vez que apenas por este caminho as crianças, os adolescentes e adultos e principalmente as futuras gerações poderão conscientizar-se da preservação e conservação do meio ambiente em todas as atividades desenvolvidas pelo ser humano, em especial aquelas que causam algum dano ou impacto ambiental.

3.2 O EXÉRCITO BRASILEIRO E A AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

Além dos Programas e Planos relacionados à Educação Ambiental que o EB executa algumas outras ações socioambientais também são realizadas. A mais recente é a adesão do Exército Brasileiro à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) realizada através do Termo de Adesão publicado no DOU nº 14 de 20 de janeiro de 2011 – Seção 3.

A A3P é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (BRASIL a, 2011)

São objetivos da A3P (BRASIL a, 2011):

- estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras;
- sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- promover o uso racional dos recursos naturais e a redução dos gastos institucionais;
- contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; e
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

São Eixos Temáticos da A3P (BRASIL a, 2011):

- uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- gestão adequada dos resíduos gerados;
- qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- sensibilização e capacitação dos servidores; e
- licitações sustentáveis.

Mais de 200 mil pessoas são destinadas à defesa da pátria, por intermédio do Exército Brasileiro. Ao calcular-se, que cada um desses homens produz meio quilo de lixo por dia, então ter-se-á cerca de 3 mil toneladas de resíduos por mês, só no Exército. Não apenas para lidar com esse volume de resíduos em corporações governamentais, surgiu a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), em 1999, criada pelo governo federal A adesão foi lenta no começo, mas nos últimos anos começou a ganhar força.

A entrada do Exército, no início de março, neste pacto de reavaliação das suas operações e de seus próprios e desnecessários impactos vai trazer resultados expressivos. Tendo metas e objetivos claros de como essas centenas de milhares de homens poderão agir efetivamente para preservar o meio ambiente. O General de Brigada e Chefe de Relações Internacionais e Meio Ambiente, Floriano Peixoto Neto garantiu que, até o final de 2013, as ações da A3P estarão em plena execução nas 1.226 unidades do Exército espalha das por todo o país. Empolgada com esse poderoso reforço, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse durante a assinatura do acordo: "Temos a oportunidade de ser o primeiro Exército de baixo carbono do Planeta, comprometido com as mudanças climáticas mundiais." A Ministra declarou a vontade do Ministério do Meio Ambiente em contar com a parceria do Exército em três novas fronteiras da agenda ambiental: a proteção das florestas e o acesso aos recursos genéricos, combatendo a biopirataria; a geração de novos ativos: financeiros com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, buscando novos patamares de distribuição de renda e justiça social; bem como a sofisticação de tecnologias de eficiência energética para formula-

ção de uma estratégia nacional competitiva que permita ao Brasil, definitivamente, fazer a transição para uma economia de baixo carbono (BRASIL, 2011).

Outros órgãos do governo já aderiram há mais tempo à adoção de rotinas ambientais de preservação, como o Ministério Público, principalmente com a capacitação dos gestores para as compras sustentáveis.

São metas a serem atingidas pelo EB, no âmbito da A3P:

- minimizar os impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho;
- realizar a gestão ambiental dos resíduos;
- implementar coleta seletiva de lixo;
- utilizar de forma racional os recursos (material de expediente, água, energia etc), combatendo o desperdício e promovendo a redução de consumo;
- desenvolver e implantar ações para redução do consumo de energia e eficiência energética;
- promover a substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente;
- aperfeiçoar o programa de educação ambiental previsto no Sistema de Gestão Ambiental do Exército (SIGAEB) para a formação e capacitação dos integrantes do Exército por meio de palestras, reuniões, exposições e campanhas midiáticas dirigidas;
- disponibilizar aos integrantes do Exército, em parceria com instituições de ensino, cursos e estágios sobre meio ambiente, gestão ambiental e temas correlatos;
- ampliar as ações de promoção, proteção e reparação da saúde do trabalhador;
- produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos da instituição, disponibilizando sitio eletrônico na “Home-page” do EB;
- aperfeiçoar o programa de qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- aperfeiçoar o programa de segurança no trabalho; e
- promover a reflexão sobre os problemas socioambientais em geral e na administração pública, em particular.

O Cronograma de Execução da Implantação da A3P no Exército Brasileiro está mostrado a seguir, no Quadro 1:

Quadro 1 – Cronograma de implantação da A3P no EB (BRASIL, 2011)

Meta	Especificação da Etapa/Fase	Duração	
		Início	Fim
1. Implantação da A3P no Quartel-General do Exército	- Implementação e planejamento; - Uso racional e combate ao desperdício; - Gestão de resíduos; - Construções e reformas sustentáveis; - Qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho; - Divulgação e mobilização;	2011	2015
2. Implantação da A3P nas organizações militares da Guarnição de Brasília	- Implementação e planejamento; - Uso racional e combate ao desperdício; - Gestão de resíduos; - Construções e reformas sustentáveis; - Qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho; - Divulgação e mobilização;	2011	2015
3. Implantação da A3P nas organizações militares do Comando Mili-	- Implementação e planejamento; - Uso racional e combate ao desperdício; - Gestão de resíduos;	2012	2015

tar do Planalto	- Construções e reformas sustentáveis; - Qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho; - Divulgação e mobilização;		
4. Implantação da A3P nas organizações militares dos: - Comando Militar do Sul; - Comando Militar do Leste; - Comando Militar do Sudeste; - Comando Militar do Oeste; - Comando Militar do Nordeste; e - Comando Militar da Amazônia.	- Implementação e planejamento; - Uso racional e combate ao desperdício; - Gestão de resíduos; - Construções e reformas sustentáveis; - Qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho; - Divulgação e mobilização;	2012	2015

O Plano contendo os Temas e as Ações desenvolvidas pelo Exército Brasileiro na A3P estão relacionadas no Quadro 2, a seguir (BRASIL, 2011).

Quadro 2 - Plano de Ação para Implantação da A3P no EB (BRASIL, 2011)

Tema	Ações
I. IMPLEMENTAÇÃO / PLANEJAMENTO	1. Criação e regulamentação da Comissão Gestora da A3P: a. formar a comissão com servidores de diferentes setores da instituição; e b. oficializar a comissão por meio de instrumento legal pertinente.
	2. Diagnóstico ambiental da instituição: a. identificação de pontos críticos; b. avaliação dos impactos ambientais e desperdícios; c. mapear gastos da entidade com energia, água, papel e outros materiais de expediente e recursos naturais; d. levantamento dos programas de qualidade de vida no ambiente de trabalho, saúde e segurança do trabalhador; e e. realizar uma pesquisa de opinião pública sobre a importância da agenda para a instituição.
	3. Definição de projetos e atividades a partir do diagnóstico, priorizando as situações mais críticas: a. elaborar planos e programas voltados à eliminação ou minimização dos impactos ambientais gerados no ambiente de trabalho, bem como para a qualidade de vida, saúde e segurança dos trabalhadores; b. implantar programa de substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente; c. elaborar questionário para distribuir a todos os funcionários, sobre o papel de cada um na realização dos objetivos do órgão e na economia de recursos; d. sistematizar o resultado dos questionários; e. produção ou compra de lixeiras, que viabilizem a coleta seletiva.



	<p>va; e f. cadastrar-se na Rede A3P.</p> <p>4. Avaliação e Monitoramento: a. avaliação sistemática; b. verificação do desempenho ambiental; c. identificação de falhas e pontos de melhoria; d. replanejamento de procedimentos; e. identificação de ações de controle; e f. identificação de indicadores de aprimoramento.</p> <p>5. Elaboração do Plano de Comunicação: a. apresentação da proposta de uso racional e combate ao desperdício aos dirigentes; b. campanha de sensibilização dos servidores, com divulgação na intranet, cartazes, etiquetas e informativos; e c. produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.</p> <p>6. Elaboração de Plano de Capacitação e Formação da Comissão Gestora da A3P, dos servidores e dos funcionários da copa e serviço de limpeza por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas, etc.</p>
<p>II. USO RACIONAL RECURSOS / COMBATE AO DESPERDÍCIO</p>	<p>1. Consumo do papel: a. levantamento e acompanhamento do consumo de papel usado para impressão e cópias; b. levantamento das impressoras que precisam de manutenção ou substituição; c. uso de papel frente e verso; d. confecção de blocos de anotação (com papel usado só de um lado); e e. uso de papel não clorado ou reciclado.</p> <p>2. Consumo de energia: a. fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; b. levantamento e acompanhamento do consumo de energia; c. propor implantação de sensores em banheiros; d. conscientização através de campanhas para: - desligar luzes e monitores na hora do almoço; - fechar as portas quando ligar o ar condicionado; - aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho - ventilação, luz solar; e - desligar um dos elevadores em horários específicos.</p> <p>3. Consumo de copos plásticos: a. conscientização para uso de copos individuais não descartáveis; e b. compra de “canecas” para todos os servidores.</p> <p>4. Consumo de água: a. levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo; b. levantamento e acompanhamento do consumo de água; e</p>



	<p>c. conscientização para o não desperdício da água.</p>
III. GESTÃO DE RESÍDUOS	<p>1. Adequação ao Decreto Presidencial 5.940 de 25/10/2006:</p> <p>a. instituir uma comissão setorial de coleta seletiva, com um representante por unidade e envolver outros órgãos alocados no mesmo prédio ou condomínio;</p> <p>b. implantação da coleta seletiva (Resolução do CONAMA nº 275 de 25/04/01 - Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva); e</p> <p>c. doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.</p> <p>2. Destinação adequada dos resíduos perigosos (p. ex. resíduos de saúde, lâmpadas fluorescentes, etc.)</p>
IV. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	<p>1. Propor que, sempre que possível, sejam feitas aquisições de bens e materiais; contratações de serviços e projetos ambientalmente saudáveis como por exemplo:</p> <p>a. compra de impressoras que imprimam em frente e verso;</p> <p>b. constar no contrato de reprografia a impressão dos documentos em frente e verso;</p> <p>c. compra de papel não clorado ou reciclado; e</p> <p>d. constar nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos (item I) e a capacitação dos funcionários para desempenho desses procedimentos.</p>
V. CONSTRUÇÕES E REFORMAS SUSTENTÁVEIS	<p>1. Propor que, sempre que possível, as obras públicas (novas construções ou reformas) levem em conta a questão ambiental, preocupando-se com a eficiência energética das edificações, utilização de materiais ambientalmente corretos, disposição de resíduos e utilização racional da água. Algumas ações para alcançar estas metas são as que seguem:</p> <p>a. projetos de novas edificações devem preocupar-se em facilitar a ventilação e a iluminação naturais, o que economizará energia (redução da necessidade de lâmpadas e ar condicionado ligados);</p> <p>b. utilizar madeira certificada ou ao menos de comprovada origem legal e, de preferência, produzida nas proximidades;</p> <p>c. implementar sistemas de reaproveitamento da água para fins não potáveis;</p> <p>d. utilização de placas fotovoltaicas em pequenos edifícios para geração de energia; e</p> <p>e. no acabamento, escolher torneiras com temporizador, lâmpadas fluorescentes sem mercúrio, bacias sanitárias com menor consumo de água, controladores automáticos de luz para banheiros e corredores, etc.</p>
VI. QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	<p>1. Implantar programas de qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho, como por exemplo:</p> <p>a. implantar programa de prevenção de riscos ambientais;</p> <p>b. formação da comissão de prevenção de acidentes e brigadas de incêndio;</p> <p>c. manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos</p>



	no ambiente de trabalho; e d. promover atividades de integração no local de trabalho e qualidade de vida como: ginástica laboral, oficinas de talento, etc.
VII. DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	1. Apresentar uma proposta de roteiro, que a equipe de trabalho pode seguir em cada setor da Instituição com seus respectivos servidores, para divulgação e mobilização: a. apresentar aos funcionários o resultado do diagnóstico, com a presença dos dirigentes, fazendo comparação com os gastos de outros órgãos que aderiram a A3P e explicar os impactos que o desperdício pode causar ao meio ambiente e aos cofres públicos; b. apresentar o resultado do questionário e abrir um espaço para o debate sobre o mesmo; c. convidar um representante do MMA para apresentar o programa A3P e fazer uma descrição rápida dos órgãos que aderiram o Programa; d. apresentação de representante(s) da(s) cooperativa(s) de material reciclável; e. apresentação cultural (música, teatro e/ou outros) que se relaciona com o trabalho da A3P, com distribuição de kits (coletores, bloco de papel reutilizado e outros); e f. apresentar a proposta de trabalho de acordo com a realidade da entidade, incentivando o debate dos participantes, a fim de finalizar a proposta.

4. CONCLUSÕES

O Exército Brasileiro, historicamente, vem integrando princípios ambientais às suas atividades:

- no cumprimento da Missão Constitucional;
- na Sustentabilidade Ambiental durante o Preparo e as Atividades Logísticas;
- na Educação Ambiental; e
- na melhoria da Qualidade de Vida da Família Militar.

Para tal, diversos Planos, Projetos e Programas de Educação Ambiental são realizados no âmbito do sistema de ensino do Exército Brasileiro, seja para componentes internos (militares e civis que sejam membros do Exército Brasileiro) ou para componentes externos (a sociedade civil de maneira geral).

Outra ação socioambiental realizada pelo Exército Brasileiro foi a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que tem como principal objetivo a melhoria da qualidade ambiental e de vida de todos os componentes do EB, ou que estejam, mesmo que temporariamente, locados em áreas sob jurisdição do EB.

Para mitigar ou evitar impactos ambientais são Objetivos Estratégicos do Exército Brasileiro: Prevenção; Recuperação; Conservação e Conformidade com Normas Ambientais aplicáveis; priorizar a Educação ambiental e como Responsabilidade de todo Soldado a Conservação do Meio Ambiente, particularmente nas atividades administrativas das rotinas das Organizações Militares do Exército Brasileiro.

Agradecemos à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio prestado a esta pesquisa através do Projeto Pró-Defesa, realizado entre a ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a FGV/EBAPE – Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VIII - Da Ordem Social - Capítulo VI - Do Meio Ambiente.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999 - Política Nacional de Educação Ambiental.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente.

_____. Portaria nº 014-DEP, de 8 de fevereiro de 2008. Normas para a Promoção da Educação Ambiental nos Estabelecimentos de Ensino e nas Organizações Militares Subordinados e/ou Vinculados ao Departamento de Ensino e Pesquisa.

_____. Portaria nº 050-EME, 11 de julho de 2003 - Orientação para a Elaboração dos Planos Básicos de Gestão Ambiental.

_____. Portaria nº 570-EME, de 6 de novembro de 2001. Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

_____. Portaria nº 571-EME, de 6 de novembro de 2001. Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

_____. Portaria nº 934-Cmt Ex, de 20 de dezembro de 2007 - Determina a atualização do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

_____. Portaria nº 386, de 9 de junho de 2008 - Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IG 20-10).

_____. Portaria nº 1.138, de 22 de novembro de 2010. Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

_____. www.exercito.gov.br

BRASIL a. www.mma.gov.br

CAMPOS, N. C., STUDART, T. Gestão de Águas – Princípios e Práticas. ABRH, 2001.

FOGLIATTI, M. C., CAMPOS, V. B. G., FERRO, M. A. C., SINAY, L., CRUZ, I. Sistema de Gestão Ambiental para Empresas. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 2008.